

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
| A838 | <p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Ivonete Barreto de Amorim. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-203-6 DOI 10.22533/at.ed.036202007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Amorim, Ivonete Barreto de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p> |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, aqui está o resultado de um trabalho feito em várias mãos, que envolve estudantes e pesquisadores de vários contextos do Brasil. Do lado de cá, na organização, professores com experiências e trajetórias diferentes usufruindo da confiança que receberam da Atena Editora, organizaram em 3 volumes, com dois eixos temáticos cada um, os 71 textos que culminam na Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”.

Uma temática atual e necessária, pois, coloca no centro da discussão científica a educação e seus atores, adornando, um diálogo que perpassa pelos aspectos históricos, políticos e culturais. Nesse cenário (educacional), novos e velhos problemas se encontram, e, por isso, se torna um cenário carente de políticas públicas educacionais eficazes. Socializar resultados de experiências e investigações que foram desenvolvidos muitas das vezes em contextos educacionais, primando pela resolução de problemas sociais de ordem diversas, é primordial.

O volume 3 da Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, é constituído de 23 textos, organizados em dois eixos temáticos por onde perpassam temas, que para nós da educação, nos são caros, tais como: aprendizagem, cidadania, ensino, escola, formação de professores, políticas públicas, pós-graduação, privatização, teorias do currículo, entre outros. Diante o exposto, percebe-se que temos aí, temas que são propulsores para uma boa reflexão. A tod@s, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| O USO DA TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO | |
| Kleide Ferreira de Jesus Suely Cristina Soares da Gama | |
| DOI 10.22533/at.ed.0362020071 | |
| CAPÍTULO 2 | 11 |
| PROJETO DE HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA ESTADUAL FREI AMBRÓSIO – CÁCERES – MATO GROSSO - BRASIL | |
| Maura Rodrigues Palocio Adriely Luiza Ferreira Raoni de Cáceres Menezes Aleixo Luciana Melhorança Moreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.0362020072 | |
| CAPÍTULO 3 | 20 |
| OS MANUAIS DIDÁTICOS DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950 E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE | |
| Eder Ahmad Charaf Eddine Lícia Mara Pinheiro Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.0362020073 | |
| CAPÍTULO 4 | 27 |
| PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE: UM ESTUDO DE CASO, SITUAÇÕES DE OPRESSÃO VIVENCIADA POR MORADORES DA CIDADE DE CÁCERES - MT | |
| Amanda de Souza Vila Débora Oliveira de Marchi de Mei Dayanne Carla de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.0362020074 | |
| CAPÍTULO 5 | 36 |
| PENSANDO SOBRE OS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA DO CORONAVÍRUS | |
| Walace Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.0362020075 | |
| CAPÍTULO 6 | 46 |
| POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS | |
| Jerry Wendell Rocha Salazar Edinólia Lima Portela | |
| DOI 10.22533/at.ed.0362020076 | |
| CAPÍTULO 7 | 56 |
| PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A EXPANSÃO PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017) | |
| Matheus Lucas Silva de Souza Fabiana Araújo Nogueira | |

Alda Maria Duarte Araújo Castro

DOI 10.22533/at.ed.0362020077

CAPÍTULO 8 69

PRÁTICA DOCENTE E ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUAL CAMINHO?

Tânia Mara dos Santos Bassi

Vilma Miranda de Brito

DOI 10.22533/at.ed.0362020078

CAPÍTULO 9 83

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Roberta Cristine de Andrade Passos

DOI 10.22533/at.ed.0362020079

CAPÍTULO 10 92

QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Xirlaine dos Anjos Sousa

William Santos Nascimento

Géssica Natália Campos

DOI 10.22533/at.ed.03620200710

CAPÍTULO 11 100

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS?

Emilly Amorim Medeiros

Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03620200711

CAPÍTULO 12 111

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marinete Aparecida Martins

Leonardo Mendes Bezerra

Leo Victorino da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 120

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO ENSINO PÚBLICO

Rafael Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03620200713

CAPÍTULO 14 127

SIMULADOR DE GASES

Guilherme Tavares Tel

Gabriel Felipe de Souza Gomes

Gabriel Tolardo Colombo

Isabela Antunes de Souza Lima

Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.03620200714

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 15 | 133 |
| THE REI MAGOS FORTRESS. BRAZIL. - AN ARCHAEOLOGICAL STUDY OF A SIXTEENTH CENTURY FORTIFICATION | |
| Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque Veleda Christina Lucena de Albuquerque | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200715 | |
| CAPÍTULO 16 | 158 |
| O USO DA TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA VIRGILIA BEZERRA DE LIMA, DELMIRO GOUVEIA – AL | |
| Wilma Lima Maciel José Fábio Oliveira Conceição Maria Dias de Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200716 | |
| CAPÍTULO 17 | 173 |
| UM OLHAR DE HANNAH ARENDT SOBRE A ESCOLA. - VIOLÊNCIA VERSUS CIDADANIA | |
| Pedro Geraldo Saadi Tosi Lamia Jorge Saadi Tosi | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200717 | |
| CAPÍTULO 18 | 188 |
| UMA BREVE REVISÃO SOBRE TEORIAS DO CURRÍCULO | |
| João Paulo Buraneli Mantoan Rodrigo Leite da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200718 | |
| CAPÍTULO 19 | 200 |
| UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA | |
| Ana Luiza Barcelos Ribeiro Bianka Pires André | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200719 | |
| CAPÍTULO 20 | 214 |
| PROGRAMA ALEGRIA - O USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO TRABALHO DENTRO DA MATERNIDADE | |
| Claudia de Lima Ribeiro Ana Paula Vieira dos Santos Esteves Mairon Mota da Silva Olinda Cizoski França Lara Emily Gomes Fernandes Viana Otávio Silva do Canto | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200720 | |
| CAPÍTULO 21 | 222 |
| UTILIZANDO UM JOGO VIRTUAL PARA ENFATIZAR CONCEITOS DE GRANDEZAS FÍSICAS NO ESTUDO DA ATMOSFERA NO ENSINO FUNDAMENTAL | |
| José Carlos de França Erlânia Lima de Oliveira Antônio Kalielso Silveira de Mendonça Rafael Castelo Guedes Martins | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200721 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 22 | 231 |
| VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM ESCOLAS DE MINAS GERAIS | |
| Fábio Proença de Carvalho | |
| Robert Delano de Souza Correa | |
| André Filipe Soares Ramos | |
| Cristina de Souza Domingues Raposo | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200722 | |
| CAPÍTULO 23 | 247 |
| VÍDEO DE AULA PRÁTICA LABORATORIAL COMO METODOLOGIA ATIVA NA DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS | |
| Maria Karoline Leite Andrade | |
| Ana Livia de Araújo Pessoa | |
| Beatriz Lima Arnaud | |
| Claísa Andrea Freitas Rabelo | |
| João Mário Pompeu de Sousa Brasil | |
| Lenice Matos Lima | |
| Letícia Michelle Lima de Araújo | |
| Nildyane Carvalho Pontes | |
| Sofia Barros Freire | |
| Stefannie Alves Torres | |
| Victor Vincent Moraes de Lima | |
| DOI 10.22533/at.ed.03620200723 | |
| SOBRE OS ORGANIZADORES..... | 254 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 256 |

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO ENSINO PÚBLICO

Data de aceite: 01/07/2020

Rafael Ribeiro

Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória-UNIDA, professor da Rede Municipal de Educação no Rio de Janeiro, catequista e ex-coordenador de Núcleo da Escola de Fé e Catequese Luz & Vida.

RESUMO: A temática escolhida para esta pesquisa gira em torno da presença dos princípios religiosos na educação pública em vista da vida social à luz das concepções do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) e teorias filosófico-teológicas, tendo como *corpus* a opinião pública de sujeitos envolvidos em assuntos educacionais. Sendo assim, visa discutir sobre o ensino religioso na educação pública conhecido como Ensino Religioso Escolar nos seguintes aspectos: concepções atuais sobre este tema, opinião pública, sobretudo a de sujeitos diretamente ligados ao processo educacional, histórico de fundamentos do tema e propostas existentes para esta prática pedagógica bem como discussões a respeito do valor curricular desta disciplina diante da polêmica levantada pela inserção dela no curriculum, tendo em vista a natureza do Estado

e a realidade sócio-política.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino religioso, educação pública, opinião, concepções e fundamentos.

ABSTRACT: The theme chosen for this research revolves around the presence of religious principles in public education in view of social life following the concepts of the Permanent National Forum of Religious Education (FONAPER) and philosophical - theological theories, having as *corpus* the public opinion of subjects involved in educational issues. Thus, it aims to discuss religious teaching in public education known as Scholar Religious Teaching in the following aspects: current conceptions on this topic, public opinion, especially that of subjects directly linked to the educational process, history of the fundamentals of the theme and existing proposals for this practice as well as discussions about the curricular value of this discipline in the face of the controversy raised by the insertion of it in the curriculum, considering the nature of the State and the socio-political reality.

KEYWORDS: Religious teaching, public education, opinion, conceptions and fundamentals.

1 | INTRODUÇÃO

Durante anos o tema do Ensino Religioso levantou polêmicas no que se refere a sua inserção no currículo escolar bem como discussões sobre sua importância para a formação dos alunos¹. As críticas contra a presença do Ensino Religioso nas escolas partem desde pequenas diferenças entre identidades de credo, que transparecem na opinião da comunidade escolar, até grande oposição de intelectuais e profissionais do meio acadêmico que levam a discussão para o campo sócio-político conforme explica o artigo *Supremo Tribunal Federal convida entidades para discutir Ensino Religioso nas escolas públicas*². É fato que o Ensino Religioso para grande parte da opinião pública tem constantemente se confundido com ensino exclusivamente de religião, sendo este um dos principais fatores que têm gerado polêmica conforme observado na pesquisa de campo. Desconhecendo o que asseguram as legislações educacionais à respeito da disciplina no Brasil bem como seus fundamentos, muitos se opõem à tal ensino, alegando ser uma violência contra os direitos dos estudantes, algo que necessita ser averiguado ao longo deste trabalho. Já o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) tem buscado desenvolver orientações para um Ensino Religioso não confessional ou inter-confessional que concorra para a sociabilidade e o respeito a serem desenvolvidos pelos estudantes. Em adendo, encontram-se também outras funções sociais e educativas proporcionadas pelo Ensino Religioso, tal como sua contribuição para o trabalho pedagógico³. Por outro lado, o Governo deve também reconhecer a relevância das tradições religiosas para a vida social segundo afirma o artigo supra citado.

Tendo em vista o quadro polêmico e as propostas existentes para o Ensino Religioso, pergunta-se qual a visão que uma comunidade escolar na atualidade possui a respeito desse ensino no curriculum escolar e como entender os vínculos entre ele e a educação pública bem como seus valores?

2 | UMA DISCIPLINA QUE DIVIDE OPINIÕES

Sabe-se que o tema Ensino Religioso na educação pública tem sido um repertório de muita polêmica conforme é visto em sites como *O ensino religioso gera polêmica nas escolas brasileiras*⁴ e também de difícil conciliação opinativa, haja visto que o assunto é bastante debatido em fóruns, blogs, enquetes e outros espaços oferecidos pela mídia.

1 A. POZZER, Concepções do Ensino Religioso no Fonaper. In: *Diversidade Religiosa e Ensino Religioso no Brasil*, cap. 5
2 R.RAMALHO, *Supremo Tribunal Federal convida entidades para discutir Ensino Religioso nas escolas*. G1. Brasília, Mar. 2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/stf-convida-entidades-para-discutir-ensino-religioso-em-escolas-publicas.html>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

3 L.BRANDENBURG, *A interação pedagógica no Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

4 R.FISCHMANN, *O ensino religioso gera polêmica nas escolas brasileiras*. ALC/Gospel +; 17 Jun. 2010. Disponível em <<https://noticias.gospelmais.com.br/ensino-religioso-gera-polemica-nas-escolas-brasileiras.html>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

Hajam vistas essas discussões anteriores, foi realizada uma pesquisa de campo com o intuito de averiguar como o assunto ainda é visto nos dias de hoje quanto a sua presença no curriculum escolar segundo os profissionais que atuam em instituições públicas de ensino, sobretudo em relação ao que representa a disciplina para cada um desses educadores.

A pesquisa foi realizada em escolas da Rede Pública Municipal, localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Dentro das comunidades visitadas foram entrevistadas três escolas. De uma média 10 educadores por escola, foram abordadas um total de 28 pessoas. Vale ressaltar que nem todas as pessoas abordadas nas escolas cederam à entrevista. Algumas se abstiveram.

Para início de análise, dentre os entrevistados, mais da metade se posicionou a favor do Ensino Religioso na educação independente do papel que desempenham dentro da comunidade escolar (professor ou agente). A maior parte desses entrevistados que se apresentaram favoráveis ao Ensino Religioso afirmaram professar alguma religião.

À guiso de amostragem, dentre as escolas entrevistadas, uma chamou bastante atenção quanto à sua rotina. Trata-se de uma instituição de ensino primário, onde a direção e os professores reúnem os alunos todos os dias no pátio para fazer a oração do Pai-Nosso. Das pessoas que foram interpeladas nesta escola sobre o tema desta pesquisa, havendo uma média de 11 professores e mais 06 agentes, 07 aceitaram responder ao questionário, sendo que 06 eram professores e 01 agente da comunidade.

Sobre o posicionamento a respeito do Ensino Religioso no curriculum escolar, cinco deles afirmaram ser a favor e dois disseram ser contra tal ensino na educação pública. Vale ressaltar que dois entre os cinco favoráveis ao Ensino Religioso disseram que concordam, mas sob condição. Isso será melhor esclarecido a seguir quando forem comentadas as justificativas para as escolhas.

O primeiro entrevistado desta escola identificou-se como professor. Professa uma religião e concordou com a presença do Ensino Religioso na educação pública. Não quis justificar sua opinião, mas afirmou ter conhecimento dos fundamentos do Ensino Religioso.

O segundo entrevistado identificou-se como professor. Não professa nenhuma religião, mas posicionou-se a favor do Ensino Religioso, porém sob condição. Justificou sua opinião e negou ter conhecimento sobre os fundamentos do Ensino Religioso. Assim se posicionou: *Entendo que o aluno precisa de uma base religiosa, porém o mesmo precisa conhecer previamente as várias religiões existentes para posteriormente optar por um segmento religioso.* Dessa forma, o entrevistado expõe uma visão interreligiosa já própria do momento no qual vive a sociedade. Outro detalhe em seu discurso é uma concepção do Ensino Religioso ainda como iniciação religiosa.

O terceiro entrevistado identificou-se como professor. Professa uma religião, mas posicionou-se contra o Ensino Religioso na educação pública. Justificou sua opinião e afirmou ter conhecimento dos fundamentos do Ensino Religioso. Assim deixa sua posição:

o ensino deve ser laico. Concordo sim com a volta da disciplina OSPB nas séries iniciais, estimulando o dever cívico, a cidadania, o respeito às leis, etc. Pode-se observar que ele defende um ensino sem a presença de princípios religiosos e, além disso, apresenta outros caminhos para oferecer valores na formação dos estudantes. Apesar de ter afirmado conhecer os fundamentos da disciplina, não declarou qualquer importância para ela.

O quarto entrevistado identificou-se como professor. Absteve-se de informar se possui ou não uma religião, posicionou-se a favor do Ensino Religioso, justificou sua posição e negou possuir algum conhecimento sobre os fundamentos da disciplina. Segundo ele: *os homens precisam ter mais respeito, compaixão e serem mais solidários uns com os outros. Com isso creio que o Ensino Religioso ajude o ser humano a ser mais justo e ter mais amor ao próximo.* Nesta justificativa, pode-se notar que o entrevistado atribui um valor emotivo e ao mesmo tempo humanizador ao Ensino Religioso. Os princípios cristãos, presentes na esfera religiosa da sociedade, também aparecem em seu discurso.

O quinto entrevistado identificou-se como professor. Professa uma religião e apoiou a presença do Ensino Religioso, mas sob condição. Expôs sua justificativa e também negou conhecer algo sobre os fundamentos da disciplina. Segundo ele: *seria importante que o Ensino Religioso abordasse temas relacionados ao convívio social tais como o respeito ao próximo, compaixão, altruísmo e origem das religiões.* Nesta réplica, o entrevistado propõe questões a serem trabalhadas pelo Ensino Religioso. Sua visão humanizadora e interreligiosa da disciplina vai de encontro ao que atestam o segundo e quarto entrevistados.

O sexto entrevistado identificou-se como professor, afirmou professar uma religião e posicionou-se favorável ao Ensino Religioso. Justificou sua posição e também negou possuir conhecimentos sobre o que fundamenta a disciplina. Assim deixou seu parecer: *acredito que todos precisam de Deus. Muitos não tiveram a oportunidade de abrir a Bíblia. Não sabem a diferença entre os testamentos. Eu creio que feliz é a nação cujo Deus é o Senhor.* Com isso, tem-se do entrevistado uma visão do Ensino Religioso como iniciação religiosa, conceito bastante tradicional e histórico da disciplina, além de exemplos da práxis de vida cristã.

O último entrevistado da escola identificou-se como outro agente da comunidade escolar. Professa uma religião, mas não concordou com a presença do Ensino Religioso na educação pública. Em adendo negou possuir conhecimento sobre os fundamentos da disciplina. Assim se pronunciou:

Cada um deve procurar para si o que identifica como sua religião. Se houver participação da escola nesse processo, pode acabar também havendo influência nas preferências que devem ser pessoais. Que cada um estude sua religião sem intervenções.

Aqui o entrevistado atribui um caráter pessoal ao Ensino Religioso tal como o caráter pessoal que certos grupos atribuem às religiões e acredita que possa haver influência da escola na escolha de uma confissão religiosa, concebendo o Ensino Religioso unicamente

como caminho de escolha para uma religião.

Em suma, nota-se que grande parte dos educadores entrevistados apóia a presença do Ensino Religioso na educação pública, entretanto o concebem de forma diferente no que concerne ao seu conteúdo e/ou papel a ser desempenhado na educação.

3 | UM BREVE HISTÓRICO DE FUNDAMENTOS DO ENSINO RELIGIOSO

O ensino religioso tal como se conhece historicamente tem sua origem, segundo afirma a teologia sistemática, no Novo Testamento. A exemplo disso tem-se a passagem de Mateus 28, 20, onde Jesus de Nazaré exorta seus discípulos sobre instruir os povos conforme os ensinamentos recebidos. No Brasil Imperial, o ensino religioso teve como origem a Catequese que era ministrada pelos missionários Jesuítas que muito difundiram o Cristianismo entre os povos, significativamente entre os indígenas⁵ e, assim, foi durante boa parte da história do Brasil até as revoluções políticas do século XX. Com a criação da Escola Laica na década de 30 por educadores de militância socialista é instituído um reduto que deixou de fora ensino religioso, resignado, a partir daí, às instituições religiosas. Já no final dos anos 80. A Constituição Federal retoma as discussões acerca da disciplina diante de uma realidade social bem diversificada quanto à cultura e tradições religiosas. Nos anos 90, o ensino religioso é inserido no curriculum das instituições públicas de educação por meio da Lei Darcy Ribeiro⁶. Tem-se a partir daí a transição de ensino religioso para o Ensino Religioso Escolar. Assim reza o art. 33 da Lei 9394/96:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplinas dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I - confessional, de acordo com a opção religiosa do outro aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou II – inter-confessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Os vínculos com a educação pública começam a se configurar a partir de acordos entre entidades religiosas sobre diálogo interreligioso e ecumenismo tal como ocorreu em 1999 na cidade de São Paulo. Vale ressaltar que a formação de projetos de leis está intimamente ligada aos interesses do público. Surgia, então, naquele momento uma sociedade marcada por um fenômeno chamado Pluralismo Religioso, ainda que dentro de uma nação predominantemente cristã, e que reclama a importância de um ensino a respeito de sua cultura e tradições religiosas⁷. E é justamente dentro desse contexto novo que o Ensino Religioso é gerado e estruturado.

5 M. COSTA, *Catequese e educação dos indígenas na colônia*, pp.01

6 S. JUNQUEIRA, *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*, pp.37-38

7 *Ibid.*, pp.31

4 | COMO ENTENDER O ENSINO RELIGIOSO HOJE

Diferentemente do que se entendia o ensino religioso durante boa parte da história do Brasil, hoje, já como uma disciplina do currículo na educação básica e estruturado pelas políticas educacionais, pode-se defini-lo como uma prática pedagógica que trabalha com princípios religiosos, mas numa perspectiva sócio-educativa e não mais unicamente como iniciação a uma religião específica. Dado que além de fundamentos teológicos foram inseridos nele bases de origem sócio-política e pedagógica. Mesmo o Ensino Religioso Confessional como ocorre com a Catequese em escolas católicas não descarta uma abertura ao diálogo com a diversidade. Como exemplo disso tem-se orientações sobre ecumenismo e diálogo interreligioso em diretórios e catecismos locais⁸.

5 | PROPOSTAS OU ORIENTAÇÕES CORRENTES SOBRE O ENSINO RELIGIOSO

O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) tem desenvolvido estudos e propostas para orientar o trabalho pedagógico do ensino religioso em instituições públicas que têm servido de referência para todo o país. Tal como se vê a seguir:

A concepção da disciplina no Caderno 1 apresenta-se como complementar aos avanços presentes nos PCNER, garantindo o E R como parte integrante da formação básica do cidadão, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, sem quaisquer formas de proselitismo. Tal concepção não está vinculada à fé explícita, como adesão a uma determinada tradição religiosa, mas aos elementos do “fenômeno religioso no cotidiano da vida, objetivando compreender a busca do transcendente e o sentido da vida que oferecem critérios e segurança ao exercício responsável dos valores universais da cidadania”. (FONAPER, 2000, p. 8).

Ainda dentro das propostas apresentadas pelos professores que atuam no fórum, o papel da escola seria garantir o acesso ao conhecimento religioso, seus componentes sociológicos, históricos e epistemológicos. E pode servir-se do fenômeno religioso e de sua diversidade, sem erigir uma ou outra forma de religiosidade em objeto de aprendizagem escolar. Também durante a aula de Ensino Religioso os alunos precisam ter acesso ao conhecimento religioso e não a seguir tabus de uma ou outra denominação religiosa⁹. Lembrando que essa visão do FONAPER é um modelo e uma referência de apoio à prática pedagógica da disciplina no meio público, onde constantemente se evoca a laicidade própria deste meio diferente da família ou Igreja onde se recebe propriamente a educação religiosa tradicional, pois são distintos os sujeitos da educação. Contudo são semelhantes suas responsabilidades na realidade de mundo. De qualquer forma, não se pode negar as raízes teológicas da disciplina, por mais politizado que seja o momento atual.

8 CONFERÊNCIA NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional de Catequese*.pp. 179-181

9 A.POZZER, Concepções do Ensino Religioso no Fonaper. In: *Diversidade Religiosa e Ensino Religioso no Brasil*, cap. 5

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesar do tema ainda gerar uma grande divergência de opiniões se levado em consideração os diversos contextos de debate, sejam eles na Internet, na universidade ou meio político, dentro das comunidades escolares visitadas obteve-se uma amostra de que a polêmica pode ser fraca nesse meio, uma vez que boa parte dos educadores reconhece o valor do Ensino Religioso na educação pública. Possivelmente enxergam no Ensino Religioso algo que outros não vêem. Contudo, apresentaram concepções bem díspares sobre a disciplina.

Um outro detalhe observado é que o conceito de Ensino Religioso ainda se encontra em construção, hajam vistas as orientações do FONAPER. Mesmo que se trate de uma disciplina que parte dos princípios religiosos, visando uma perspectiva sócio-educativa, há uma parte da opinião pública que ainda pensa a disciplina como mera iniciação ou instrução religiosa, desconhecendo os fundamentos sócio-políticos e pedagógicos que agora a integram. O que não significa propriamente uma diminuição dos fundamentos teológicos, provenientes principalmente da tradição cristã, uma vez que historicamente proporcionaram a gênese da disciplina, ainda que adaptada às questões da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, L., *A interação pedagógica no Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL, *Diretório Nacional de Catequese*. São Paulo: Paulinas, 2005.

COSTA, M., *Catequese e educação dos indígenas na colônia*. Maringá: UEM, 2009.

FISCHMANN, R., *O Ensino Religioso gera polêmica nas escolas brasileiras*. ALC/Gospel +. 17 Jun. 2010. Disponível em <<https://noticias.gospelmais.com.br/ensino-religioso-gera-polemica-nas-escolas-brasileiras.html>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

JUNQUEIRA, S., *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

POZZER, A., Concepções do Ensino Religioso no Fonaper. In: *Diversidade Religiosa e Ensino Religioso no Brasil*. Florianópolis, 2010.

RAMALHO, R., *STF convida entidades para discutir Ensino Religioso nas escolas*, 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/stf-convida-entidades-para-discutir-ensino-religioso-em-escolas-publicas.html>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 2, 3, 5, 9, 11, 13, 14, 20, 23, 38, 54, 55, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 86, 88, 91, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 125, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 184, 190, 191, 196, 197, 198, 202, 204, 210, 213, 222, 224, 228, 229, 236, 248, 249, 251, 252, 253, 255

Arqueologia Militar 134

Atividades Lúdicas 215, 217

Atmosfera Terrestre 222, 223, 224, 225, 226, 229

C

Cidadania 13, 49, 55, 84, 96, 123, 125, 164, 173, 174, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 196, 251

D

Deficiência Intelectual 69, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 107, 204

E

Educação Ambiental 12, 13, 14, 17, 18, 19

Educação do Campo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10

Educação e Saúde 214, 215, 217

Educação e Tecnologia 111, 114, 117

Educação Pública 37, 43, 57, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 99, 120, 121, 122, 123, 124, 126

Ensino Fundamental 11, 13, 14, 16, 32, 69, 94, 98, 109, 124, 159, 160, 164, 171, 204, 205, 208, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 236, 237, 239, 240, 241

Ensino Religioso 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Escola 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 123, 124, 125, 158, 159, 160, 163, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 219, 222, 224, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 238, 239, 241, 243, 244, 246, 252, 253, 254, 255

Expansão 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 118, 162, 163, 180

Experimento Didático 127

F

Formação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 49, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 107, 112, 117,

118, 119, 121, 123, 124, 125, 158, 173, 174, 176, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 216, 223, 226, 227, 228, 229, 241, 249, 251, 252, 253, 254, 255
Formação de Professores 7, 22, 23, 26, 81, 82, 112, 117, 188, 189, 193, 198, 203, 254, 255
Fortificação 134, 157

G

Gases 127, 128, 130, 131, 143, 144

Gestão da Educação 46, 48, 54, 55

I

Ímãs 127, 128, 129, 130, 131

J

Justiça Curricular 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

M

Microbiologia 247, 248, 249, 250, 251, 252

Monitoria 248

O

Opressão 27, 30, 31, 32, 33, 34

Oprimido 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

P

Pandemia do Coronavírus 36, 37, 41, 44

Papéis Sociais 36, 43

Política 4, 5, 7, 10, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 68, 70, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 106, 120, 125, 158, 174, 175, 176, 181, 193, 197, 200, 206, 209, 212, 216, 217, 220, 233

Políticas Públicas 3, 5, 38, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 68, 83, 84, 88, 89, 99, 109, 173, 174, 175, 185, 200, 204, 205, 209, 210, 213, 217, 236, 255

Pós-Graduação 34, 46, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 83, 111, 115, 158, 193, 200, 213, 246, 254, 255

Práticas Curriculares 92, 93

Práticas Pedagógicas 7, 47, 69, 72, 78, 81, 96, 118, 197, 249

Privatização 58, 62, 66, 67, 83, 84, 85, 86, 87, 234, 244

Psicologia Educacional 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

R

Relação Escola-Família 100, 101, 103, 106

S

Sustentabilidade 11, 12

T

Tecnologia 1, 2, 7, 9, 58, 63, 87, 111, 114, 117, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 230, 248, 249, 252, 253, 254

Teorias do Currículo 188, 189, 198, 199

V

Viabilidade Financeira 231, 242, 243

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br